



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13895 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

**INCIPIÊNCIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO**

Laureane Marília de Lima Costa - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

## **INCIPIÊNCIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO**

**Resumo:** O trabalho verifica a existência de informações sobre matrículas de pós-graduandas com deficiência e a discussão da literatura científica sobre ações afirmativas na pós-graduação. Pesquisa bibliográfica revelou ausência de informação pública sobre a condição de deficiência de discentes e que a temática ainda é incipiente na produção científica, estando mais vinculada às universidades federais, que tem ações afirmativas.

**Palavras-chave:** ações afirmativas; pós-graduação; pessoa com deficiência

O Brasil reconhece o direito das pessoas com deficiência (PcDs) à educação, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, assumindo a Educação Especial (EE) como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, o que inclui a Educação Superior - ES (BRASIL, 2008).

Normativas corroboraram o aumento de matrículas de estudantes da EE na ES, passando de 22.367 para 63.404, entre 2011 e 2021. Apesar disso, esse número corresponde a apenas 0,71% das matrículas da graduação (INEP, 2022). Esse pequeno percentual denuncia os limites da igualdade formal, pois organizada com base na premissa liberal de mérito individual, ocultando o aspecto social na produção de (in)capacidade (ROSA; WILHELM, 2014).

Ainda assim, a chegada de estudantes da EE na graduação induziu à indagação acerca da presença de PcDs na pós-graduação - PG, alvo de atual pesquisa de doutorado. O recorte deste trabalho tem como objetivos verificar: a existência de informações sobre percentual de matrículas de pós-graduandas com deficiência e o que a literatura científica tem discutido sobre ações afirmativas - AA na PG.

## **METODOLOGIA**

O estudo caracteriza-se como exploratório, bibliográfico e qualitativo (GIL, 2008). Para alcançar o primeiro objetivo realizou-se uma consulta ao Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - GEOCAPES, em fevereiro de 2023, sobre a distribuição de estudantes matriculadas na PG.

Para alcançar o segundo objetivo realizou-se buscas na Biblioteca Eletrônica Científica Online [Scientific Electronic Library Online] - SciELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, usando “ações afirmativas na pós-graduação”, com o filtro “Brasil”, na primeira base de dados, e com filtro para os campos “título” e “assunto”, na segunda. Complementarmente, foram realizadas buscas assistemáticas sobre a temática de interesse.

## **RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO**

O GEOCAPES oferece dados referentes à distribuição de discentes de PG no Brasil, sobre situação (matrícula e titulação), grau, *status* jurídico das Instituições de Ensino Superior - IES, entre os anos 1998 e 2021, por estado, mas nenhuma informação acerca de existência ou não de condição de deficiência de discentes.

Diante dessa ausência de informações públicas, abriu-se uma solicitação ao Serviço de Informação ao Cidadão, cujo retorno, até o momento de redação deste resumo, foi de

prorrogação do atendimento, pois “os dados solicitados ainda estão sendo trabalhados pela área técnica responsável”.

A busca na SciELO resultou em sete artigos, publicados entre 2017 e 2022, sendo quatro com foco em questões étnico-raciais, um apresentando a criação de AA na PG, um discutindo formação de agenda e um sobre critérios de admissão nos processos seletivos da PG.

Nenhuma publicação teve como foco as PcDs, mas houve a revelação de que, no Grupo de Trabalho que resultou na Portaria Normativa nº 13/2016, que “Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências”, o representante da organização Educafro foi o partícipe mais ativo e propositivo, assim, “a questão das pessoas negras esteve mais presente, enquanto os representantes das pessoas com deficiência e dos indígenas eram menos atuantes” (VENTURINI, 2021, p. 272).

A busca na BDTD resultou em 13 trabalhos, publicados entre 2015 e 2022, sendo nove com foco em questões étnico-raciais, um apontando a dificuldade de encontrar dados oficiais sobre o perfil de estudantes da PG, um sobre o estado da arte de teses e dissertações sobre AA, um acerca das estratégias de comunicação das AA pelas universidades federais - UF e um apresentando diretrizes para a construção de diretrizes para AA na PG.

Nenhum trabalho com foco em PcDs, mas menções às políticas das UF, a saber, o Programa Incluir e a alteração na Lei 12.711/2012, dada pela Lei 13.409/2016, que inclui as PcDs na determinação de reserva de vagas na graduação (LIMA, 2017). Outro estudo, ao elencar AA para permanência na PG de uma UF, registrou a necessidade de melhoria da infraestrutura da instituição para PcDs (LUCIFORA, 2017).

Diante da ausência de trabalhos com foco em AA para PcDs na PG encontrados nas buscas sistemáticas, foram realizadas buscas assistemáticas. Assim, foi recuperado o estudo de Linhares (2022), apresentando um panorama de estudantes com deficiência na PG de uma UF, que adota reserva de vagas na PG desde 2017, sendo 20% das vagas para candidatas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas e 8% para outros grupos, inclusive PcDs, as quais representavam 2% de matriculadas, em 2021.

Petten et al. (2022) apresentaram a trajetória de PcDs na PG de uma UF, indicando que de 2018 a 2020 ingressaram 57 estudantes, maioria egressa de instituições públicas desde a educação básica, sendo que apenas 35,1% fizeram uso do edital suplementar, 7% trancaram matrícula parcialmente e 50% das que tinham condições de concluir o curso até a realização

do estudo o fizeram sem pedir prorrogação.

Em consulta a pró-reitoras de PG das UF, Pereira e Neto (2019) descobriram que mais de 70% adotam AA em seus processos seletivos, apesar disso mais de 70% das estudantes são brancas e, em levantamento feito pelo MEC em 2015, 0,5% autodeclaradas com deficiência.

Branco e Leite (2016) investigaram condições de acessibilidade na PG de uma universidade estadual paulista. Com entrevistas semiestruturadas a cinco discentes com deficiência, descobriram que há acessibilidade no processo seletivo quando solicitado, há diversas barreiras, sendo que, muitas vezes, o discente cego providenciou acessibilidade de textos sozinho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se ausência de informações sobre a condição de deficiência de discentes na PG e de trabalhos com foco em AA para PcDs na PG, sendo a discussão incipiente majoritariamente vinculada às UF, denunciando que sem ação de Estado não há inclusão. Algumas hipóteses podem ser alvo de novas pesquisas: 1. dada a precariedade da garantia de direitos no âmbito do Estado, é preciso considerar a função exercida pela sociedade civil na disputa pela concretização das políticas; 2. acessibilidade nas IES é condição para acesso e permanência de PcDs e requer recurso financeiro, o que é obstruído pelo quadro de políticas educacionais liberais e privatizantes que caracterizam o Brasil da Educação Básica (EB) à PG; 3. as barreiras para conclusão da EB geram poucas candidatas para a ES, consequentemente para a PG.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; LEITE, Lucia Pereira. Condições de acessibilidade na pós-graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. *Psic. da Ed.*, v. 43, n. 2, 2016, p. 35-45.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* – MEC/SEESP/2008.

GEOCAPES (Sistema de Informações Georreferenciadas). Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Censo da Educação Superior 2021*: divulgação dos resultados. Brasília: novembro de 2022.

LIMA, Patrícia Barreto dos Santos. *Formação das estratégias de comunicação das universidades federais em relação às ações afirmativas: os casos UFABC e UFRGS*. 2017. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LINHARES, Ana Cláudia de Lima. Ações afirmativas para pessoas com deficiência na pós-graduação: análise da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *Anais do VIII Conedu*. 2022. pp. 1-12.

LUCIFORA, Leonardo de Souza e Silva. *Diretrizes para construção de políticas de acesso e permanência para programas de pós-graduação: o caso UFSCar*. 2017. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

PEREIRA, Fabiana Santos; NETO Ivan Rocha. Ações afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil? *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 15, n. 4, 2019, p. 105-127.

PETTEN, Adriana Maria Valladão Novais Van; TAHABILITAR, Thais Maria de Melo Mendanha; ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. Estudantes com deficiência na pós-graduação: perfil e trajetória acadêmica em uma instituição pública de ensino superior. *Revista Cocar*, Edição Especial, n.13, 2022, p.1-19.

ROSA, Enio Rodrigues da; WILHELM, Vandiana Borba. A contribuição do movimento das pessoas com deficiência na transformação da sociedade capitalista. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (org.). *A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2014.

VENTURINI, Anna Carolina. Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da portaria normativa 13/2016. *Novos Estudos Cebrap*, v. 40, n. 2, 2021, p. 261-279.